

Sumário

Prefácio (à 6ª edição)	23
Prefácio (à 5ª edição)	31
Prefácio (à 4ª edição)	33
Prefácio (à 3ª edição)	35
Prefácio (à 2ª edição)	37
Nota Introdutória (à 1ª edição)	39

§ 1 ^o – Do Incidente de Desconsideração da Personalidade Jurídica	41
--	----

Capítulo IV – Do Incidente de Desconsideração da Personalidade Jurídica

1.1	Desconsideração da personalidade jurídica: introdução	41
1.2	Denominação do instituto	45
1.3	Desconsideração da personalidade jurídica: modalidades	46
1.4	Desconsideração atributiva	48
1.5	Desconsideração patrimonial: pressupostos de direito material	50
1.6	Desconsideração patrimonial para recomposição de garantia (CC, art. 50)	51
1.6.1	Desconsideração patrimonial para recomposição de garantia por desvio de finalidade	54
1.6.2	Desconsideração patrimonial para recomposição de garantia por confusão patrimonial	61
1.6.3	Sujeitos responsabilizáveis pela desconsideração	65
1.6.4	Insuficiência patrimonial	66
1.6.5	Desconsideração patrimonial inversa	68
1.6.6	Credores legitimados para pleitear a desconsideração	72
1.6.7	Concorrência com outros institutos	73
1.6.8	Ausência de abuso da personalidade jurídica: casos típicos	75
1.6.9	Interpretação e prova dos pressupostos	80
1.6.10	Desconsideração patrimonial para recomposição de garantia em leis esparsas	81
1.7	Desconsideração patrimonial para reforço de garantia	82
1.8	Incidente de desconsideração da personalidade jurídica: natureza jurídica, objeto e hipóteses de aplicação	83
1.9	Incidente de desconsideração da personalidade jurídica: aplicabilidade a quaisquer hipóteses de responsabilidade acessória de terceiros?	84
1.10	“Desconsideração expansiva”: o reconhecimento incidental de sociedade em comum e de outras situações de corresponsabilização	87

Art. 133	89
2.1 Poder de iniciativa.	90
2.2 Legitimidade ativa e passiva	91
2.3 Pressupostos de direito material	91
2.4 Desconsideração inversa	91
2.5 Desconsiderações sucessivas (direta e inversa, sucessivamente)	92
Art. 134	93
3.1 Processos em que o incidente é admissível	93
3.2 Momento de instauração do incidente	93
3.3 Competência	93
3.4 Incidente de desconsideração perante os tribunais	94
3.5 Comunicação ao distribuidor	94
3.6 Efeito suspensivo: amplitude	94
3.7 Tutela de urgência: arresto e sequestro cautelar possíveis, desde que presentes os pressupostos legitimadores	97
3.8 Pressupostos formais do incidente	99
3.9 Desconsideração pleiteada na petição inicial: desnecessidade de incidente	100
Art. 135	103
4.1 Processamento inicial	103
4.2 Recorribilidade autônoma do “cite-se”?	105
4.3 Citação do terceiro	106
4.4 Defesa do terceiro: amplitude	106
4.5 Contumácia	110
4.6 Instrução	110
4.7 Recorribilidade das interlocutórias	111
Art. 136	111
5.1 Decisão: natureza jurídica do pronunciamento	112
5.2 Sucumbência: cabimento e provisoriedade	113
5.2.1 Sucumbência: critérios de fixação	116
5.2.2 Sucumbência: outros temas	116
5.3 Recorribilidade: legitimados	117
5.4 Recorribilidade: agravo e sustentação oral	118
5.5 Posição jurídica do terceiro no processo	119
5.6 Efeitos da decisão	119
5.7 Coisa julgada e impugnação	119
Art. 137	121
6.1 Fraude à execução: só com a citação do sujeito alvo da desconsideração	121
Art. 1.062	125
7.1 Incidente de desconsideração da personalidade jurídica no sistema dos Juizados Especiais	125
7.2 Incidente de desconsideração da personalidade jurídica na Justiça do Trabalho	125

7.3	Incidente de desconconsideração da personalidade jurídica nas execuções fiscais	125
-----	--	-----

**Lei de Recuperação de Empresas e Falência
(L. 11.101/2005), art. 82-A**

Art. 82-A	128
8.1 Desconconsideração da personalidade jurídica na falência	129
8.2 Desconconsideração da personalidade jurídica e outros remédios da LRE	131
8.3 Desconconsideração da personalidade jurídica na recuperação judicial	132
8.4 Poder de iniciativa (legitimados ativos)	135
8.5 Pressupostos materiais para aplicação incidental na falência	136
8.6 Competência	137
8.7 Procedimento	141
8.8 Efeitos do julgamento	142
§ 2º – Da Tutela Provisória	145

Título I – Disposições Gerais

Art. 294	145
9.1 Tutela provisória: panorama	145
9.2 Requerimento da tutela provisória	146
Art. 295	147
10.1 Custas em tutela provisória incidental	147
Art. 296	148
11.1 Eficácia temporal da tutela provisória	148
11.2 Revogação e modificação	150
11.3. Eficácia temporal da tutela provisória concedida em agravo	151
Art. 297	152
12.1 Poder geral de cautela do juiz	153
12.2 Tutela provisória e princípio dispositivo	154
12.3 Tutela cautelar e tutela antecipada: fungibilidade	155
12.4 Tutela condenatória, declaratória ou constitutiva	157
12.5 Cumprimento provisório de tutela provisória condenatória	158
Art. 298	159
13.1 Fundamentação	159
Art. 299	161
14.1 Competência: tutela provisória antecedente e incidental; e recursal.	161
14.2 <i>Quando est periculum in mora, incompetencia non attenditur</i> (ou seja, “quando existe perigo de demora, não se atende à incompetência”)	163
14.3 Tutela provisória antecedente na arbitragem	163

Título II – Da Tutela de Urgência

Capítulo I – Disposições Gerais

Art. 300	165
-----------------------	-----

15.1	Tutela de urgência e seus pressupostos	166
15.2	Probabilidade do direito invocado (<i>fumus boni juris</i>)	166
15.3	Perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo (<i>periculum in mora</i>)	168
15.4	Irreversibilidade dos efeitos da decisão: pressuposto negativo	169
15.5	<i>Periculum in mora</i> reverso	171
15.6	Contra cautela	173
15.7	Concessão <i>inaudita altera parte</i> e contraditório	174
15.8	Justificação prévia	175
15.9	Reanálise de seus pressupostos em sede recursal	176
Art. 301	178
16.1	Tutela cautelar e a sua efetivação	178
16.2	Tutela de urgência em direito societário: intervenção mínima	179
16.3	Tutela de urgência em direito societário: medidas em espécie	182
16.3.1	Assembleia ou reunião de órgãos societários	182
16.3.1.1	Suspensão de deliberação assemblear	182
16.3.1.2	Sustação de assembleia ou reunião de órgãos societários	184
16.3.1.3	Convocação urgente de órgão	189
16.3.1.4	Voto: suspensão ou cômputo em separado	190
16.3.1.5	Voto: asseguaração do exercício	191
16.3.2	Dissolução parcial e apuração de haveres	192
16.3.2.1	Afastamento de sócio	193
16.3.2.2	Suspensão de direitos de sócio	195
16.3.2.3	Haveres: antecipação de valores, bens ou direitos	197
16.3.3	Tutela de urgência sobre bens sociais	199
16.3.3.1	Arrolamento	200
16.3.3.2	Arresto e sequestro	202
16.3.3.3	Protesto contra alienação de bens	204
16.3.4	Administração e fiscalização; intervenção judicial	207
16.3.4.1	Suspensão de poderes de administradores e outros titulares de órgão	208
16.3.4.2	Atribuição de poderes de coadministração (interventor-cogestor)	211
16.3.4.3	Nomeação de administrador (interventor-administrador)	212
16.3.4.4	Supervisão da gestão social (interventor-observador)	214
Art. 302	215
17.1	Responsabilidade pela efetivação de tutela provisória: regime jurídico	215
17.2	Responsabilidade pela efetivação de tutela provisória: hipóteses	217
17.3	Liquidação e procedimento	219

Capítulo II – Do Procedimento da Tutela Antecipada Requerida em Caráter Antecedente

Art. 303	219
18.1	Tutela antecipada antecedente: petição inicial e valor da causa.	220
18.2	Tutela antecipada antecedente: processamento	221
18.3	Tutela antecipada antecedente: aditamento da inicial	222

Sumário

18.4	Pronunciamento judicial e recursos	224
Art. 304	225
19.1	Estabilização da tutela antecipada antecedente: efeitos	226
19.2	Estabilização da tutela antecipada antecedente: meio e prazo para a revisão, reforma e invalidação ulterior	228

Capítulo III – Do Procedimento da Tutela Cautelar Requerida em Caráter Antecedente

Art. 305	229
20.1	Tutela cautelar antecedente: petição inicial e valor da causa	230
20.2	Tutela cautelar antecedente: fungibilidade	231
Art. 306	231
21.1	Tutela cautelar antecedente: processamento	232
21.2	Tutela cautelar antecedente: defesa e prazo	232
Art. 307	233
22.1	Tutela cautelar antecedente: revelia e seus efeitos	233
22.2	Tutela cautelar antecedente: julgamento	234
22.3	Tutela cautelar antecedente: recurso	235
Art. 308	236
23.1	Tutela cautelar antecedente e a formulação da causa principal; prazo e forma	236
23.2	Tutela cautelar antecedente e o processamento da causa principal	239
23.3	Tutela cautelar antecedente e sucumbência	240
Art. 309	241
24.1	Eficácia temporal da tutela cautelar antecedente	241
24.2	Cessação dos efeitos da tutela cautelar antecedente e renovação de pedido	242
Art. 310	243
25.1	Indeferimento da tutela cautelar antecedente e seus efeitos	243
25.2	Alegação de prescrição e decadência em sede de tutela cautelar e os efeitos do pronunciamento judicial	243

Título III – Da Tutela da Evidência

Art. 311	244
26.1	Tutela da evidência e os seus pressupostos	245
26.2	Tutela da evidência e liminar <i>inaudita altera parte</i>	248
§ 3º – Das Provas	249

Seção II – Da Produção Antecipada da Prova

Art. 381	249
27.1	Produção antecipada de provas: generalidades	250
27.2	Pressupostos legitimadores	251
27.3	Competência	253

27.4	Delegação de competência	253
27.5	Produção antecipada de provas e prevenção	254
27.6	Produção antecipada de provas, prescrição e inércia	254
27.7	Produção antecipada de provas e arbitragem	255
27.8	Arrolamento de bens e justificação	257
Art. 382	258
28.1	Condições da ação	259
28.1.1	Legitimação ativa e interesse de agir e direito societário	261
28.1.2	Legitimação passiva e direito societário	265
28.2	Petição inicial	265
28.3	Citação e sua imprescindibilidade; defesa	266
28.4	Procedimento	268
28.5	Tutela provisória	269
28.6	Intervenção de terceiros	269
28.7	Cognição e efeitos	270
28.8	Desistência	271
28.9	Recurso	272
Art. 383	273
29.1	Sucumbência	273
29.2	Autos e sua destinação	274

Seção VI – Da Exibição de Documento ou Coisa

Art. 396	275
30.1	Generalidades	275
30.2	Poder de iniciativa	277
30.3	Objeto da exibição: documento ou coisa	277
Art. 397	279
31.1	Pressuposto geral	279
31.2	Individuação do documento ou coisa	280
31.3	Finalidade da prova	281
31.4	Circunstâncias reveladoras da existência do documento ou coisa	281
Art. 398	283
32.1	Intimação e prazo de defesa	283
32.2	Defesa e limitação temática	283
32.3	Recurso	284
Art. 399	284
33.1	Recusa e seus fundamentos	284
33.2	Obrigação legal de exhibir; sigilo legal e convencional	285
33.3	Defesa e aquisição comum	286
33.4	Documento comum	287
Art. 400	289
34.1	Recusa infundada ou ilegítima à exibição e seus efeitos	289
34.2	Exibição forçada e medidas para obtê-la	291

Sumário

Art. 401	293
35.1 Ação incidental de exibição contra terceiro	293
35.2 Arbitragem e ação de exibição contra terceiro	294
Art. 402	295
36.1 Procedimento	295
Art. 403	297
37.1 Recusa infundada ou ilegítima do terceiro à exibição e medidas de execução específica	297
37.2 Sucumbência	298
Art. 404	299
38.1 Razões de recusa legítima à exibição pela parte ou terceiro	299
38.2 Recusa legítima: vida privada da família	300
38.3 Recusa legítima: defesa da honra	301
38.4 Recusa legítima: desonra à parte, terceiros e familiares	301
38.5 Recusa legítima: sigilo profissional ou convencional	302
38.6 Recusa legítima: escusa legal para a exibição	302
38.7 Recusa legítima: o sigilo empresarial e os limites do direito à informação dos sócios	303
§ 4^o – Da Ação de Exigir Contas	305
Art. 550	305
39.1 A ação de prestação de contas no CPC/1973 e a ação de exigir contas no CPC/2015: notas de comparação	305
39.2 Objeto e pedidos	307
39.3 Legitimados ativo e passivo	309
39.3.1 Prestação de contas em sociedades contratuais	310
39.3.2 Prestação de contas em sociedades estatutárias	313
39.3.3 Outros casos em direito societário	314
39.3.4 Prestação de contas e vinculação patrimonial	321
39.4 Interesse de agir	322
39.5 Requisitos da petição inicial	324
39.6 Resposta e ulterior procedimento	325
39.6.1 Revelia	325
39.6.2 Apresentação de contas	325
39.6.3 Defesa (com ou sem a apresentação de contas)	326
39.7 Decisão e recursos na primeira fase	328
39.8 Tutela provisória	333
Art. 551	333
40.1 Contas e sua forma	334
40.2 Impugnação e ulterior procedimento	335
Art. 552	336
41.1 Sentença de mérito na segunda fase e os seus efeitos	336
41.2 Ação dúplice	339
41.3 Recurso	339

Art. 553	339
42.1 Prestação de contas de auxiliares da Justiça	340
42.2 Poderes do juiz	341
§ 5ª – Da Ação de Dissolução Parcial de Sociedades	343
Capítulo V – Da Ação de Dissolução Parcial de Sociedade	
43.1 Disciplina do tema no CPC/1939 e no CPC/1973	343
43.2 Dissolução parcial no CPC/2015: a errônea disciplina conjunta com a ação de apuração de haveres	346
43.3 Sociedades abrangidas pela disciplina processual	349
43.4 Dissolução total e a ausência de regras específicas	351
43.5 Sobreposição de regras de direito material e processual: direito intertemporal	355
Art. 599	356
44.1 O objeto da ação de dissolução parcial: disciplina conjunta	356
44.2 Pretensões cumuladas ou autônomas	357
44.3 Cumulação escalonada e necessária de pedidos (casos em que a apuração sem a prévia dissolução é inadmissível)	359
44.4 Cumulação facultativa de pedidos (casos em que a dissolução sem a subseqüente apuração se revela admissível)	360
44.5 Cumulação de pedidos de dissolução e apuração: o rito da ação em duas etapas	361
44.6 Cumulação simples de outros pedidos	363
44.7 Dissolução parcial “stricto sensu” (inc. I), mas em relação a quem nada precisa ser resolvido	364
44.8 Documento essencial (§ 1º)	366
44.9 Valor da causa	366
44.10 Jurisdição e competência	367
44.11 Dissolução parcial de S/A: hipótese de cabimento (§ 2º)	368
Art. 600	375
45.1 Legitimação ativa: o problema da disciplina unitária	375
45.2 Espólio do sócio falecido (inc. I)	376
45.3 Sucessores do sócio falecido (inc. II)	377
45.4 Sociedade (inc. III): pretensão liberatória	378
45.5 Retirante (inc. IV): qual o sentido?	380
45.6 Sociedade (inc. V): exclusão judicial	381
45.7 Sociedade (inc. V): exclusão judicial é admissível apenas quando não for viável a extrajudicial?	385
45.8 Excluído (inc. VI)	388
45.9 Cônjuge ou companheiro de sócio: alteração no regime do CC-2002	390
45.10 Herdeiro de cônjuge ou companheiro de sócio: lacuna no CPC-2015	395
45.11 Dissolução parcial alternativa à total	395
45.12 Sócio de indústria e dissolução parcial	398
Art. 601	400
46.1 Legitimação passiva: os problemas trazidos pela disciplina unitária	400

46.2	Legitimação passiva na dissolução parcial <i>stricto sensu</i> : de regra, sócios e sociedade em litisconsórcio passivo necessário	402
46.3	Legitimação passiva na apuração de haveres: de regra, somente a sociedade (mas a jurisprudência atual impõe também a presença dos demais sócios)	404
46.4	Legitimação passiva na apuração de haveres em sociedades de responsabilidade mista ou ilimitada; e não personificadas	408
46.5	Legitimação passiva em caso de cumulação de demandas de dissolução parcial <i>stricto sensu</i> e apuração de haveres	409
46.6	Ex-sócio e falta de atualização do quadro societário	410
46.7	Prazo de defesa	410
46.8	Regra de sanação imperfeita e contraditória	410
46.9	Defesa	412
Art. 602	413
47.1	Pedido contraposto e compensação de pretensões ilíquidas, mas liquidáveis ..	413
47.2	Pedido contraposto do sócio	414
Art. 603	415
48.1	Aquiescência com o pedido de dissolução e apuração	416
48.2	Aquiescência com o pedido de dissolução, mas não com o de apuração de haveres	416
48.3	Aquiescência com a dissolução parcial (consequência), havendo controvérsia quanto a sua causa	417
48.4	Resistência à pretensão e procedimento a observar	418
48.5	Custos da perícia	418
48.6	Sucumbência	420
Art. 604	420
49.1	Elementos da apuração de haveres	421
49.2	Adiantamento da parcela incontroversa: destinatários da ordem e a responsabilidade pela efetivação	422
49.3	Adiantamento da parcela incontroversa no litisconsórcio simples em grupo de sociedades	425
Art. 605	425
50.1.	Data de referência e a sua importância	426
50.2	Sócio falecido (inc. I)	428
50.3	Sócio retirante na retirada simples (inc. II)	429
50.4	Sócio retirante no recesso (inc. III)	431
50.5	Sócio retirante na retirada por justa causa e sócio excluído judicialmente (inc. IV)	432
50.6	Sócio excluído por exclusão extrajudicial (inc. V)	433
50.7	Outras hipóteses não disciplinadas	434
Art. 606	435
51.1	Crítério convencional de apuração de haveres: admissibilidade; imperatividade; modelagem negocial; e limites	435
51.2	Crítério supletivo de apuração de haveres: evolução da disciplina legal; e orientação prevalente	440
51.2.1	Método de avaliação e balanço de determinação	447
51.2.2	Críticas e reflexões adicionais	449

51.3	Intangíveis; e aviamento (ou “goodwill”)	452
51.4	“Personal goodwill” (ou aviamento personalíssimo do sócio)	458
51.5	Ativos e passivos contingentes	461
51.6	Bens de difícil avaliação ou liquidação	463
51.7	Situação patrimonial deficitária	464
51.8	Perícia de avaliação	466
Art. 607	467
52.1	Revisibilidade dos critérios de apuração: disciplina descabida	468
52.2	Recorribilidade	469
Art. 608	469
53.1	Quinhão de liquidação e saldo de lucros	469
53.2	Acessórios incidentes sobre os haveres	470
Art. 609	473
54.1	Forma de pagamento: disciplina expletiva	473
54.2	Responsabilidade pelo pagamento dos haveres	474
54.3	Pagamento, de regra, em dinheiro	477
54.4	Prazo de pagamento	479
54.5	Responsabilidade do sócio que se despede	480
54.6	Apuração de haveres e prescrição	481
§6º— Da Responsabilidade Patrimonial	483

Capítulo V – Da Responsabilidade Patrimonial

Art. 790	483
Art. 795	484
55.1	Premissas conceituais sobre a responsabilidade executiva secundária	484
55.2	Responsabilidade executiva secundária do sócio	487
55.3	Responsabilidade patrimonial do sócio	487
55.4	Indispensabilidade da citação do sócio	488
55.5	Benefício de ordem	490
55.6	Direito de regresso	491
55.7	Compensação: sociedade, sócio e terceiro	493
55.8	Compensação e liquidação de participação societária do sócio a pedido de credor particular do sócio	495
§ 7º – Da Penhora de Quotas e Ações, Empresa e Faturamento; Adjudicação e Preferência	497

Parte Especial,

Liv. II, Tít. II, Cap. IV, Seç. III

Subseção VII – Da Penhora das Quotas ou das Ações de Sociedades Personificadas

56.1	Penhorabilidade de quotas e ações	497
------	---	-----

Sumário

56.2	Disciplina do tema no CCom e no CPC/1939	498
56.3	Disciplina do tema no CPC/1973 (até 2006)	499
56.4	Disciplina do tema no CC/2002	501
56.5	Disciplina do tema no CPC/1973 (após 2006)	506
56.6	Disciplina do tema no CPC/2015	506
56.7	Impenhorabilidade prevista no estatuto ou no contrato social: ineficácia	507
56.8	Intransferibilidade das quotas de cooperativa não importa na sua impenhorabilidade	508
56.9	Penhorabilidade de títulos associativos	510
56.10	Penhorabilidade de quotas de sociedade de advogados e outras sociedades exercentes de atividade intelectual	511
56.11	Penhorabilidade de quotas de sociedade em recuperação judicial	512
Art. 861	514
57.1	O objeto da disciplina	514
57.2	A sociedade diante da penhora: posição jurídica, providências e prazo	515
57.3	O credor diante da penhora das quotas: posição jurídica	517
57.4	Levantamento de balanço especial	518
57.5	Destinação das quotas: alienação a sócio ou liquidação	521
57.6	Liquidação judicial (anômala apuração incidental de haveres)?	523
57.7	Solução final: leilão	524
57.8	Posição jurídica do adquirente	525
57.9	Apreciação crítica	525

Parte Especial, Liv. II, Tít. II, Cap. IV, Seç. III Subseção VIII – Da Penhora de Empresa, de outros Estabelecimentos e de Semoventes

58.1	Penhora de empresa: precisões conceituais	526
58.2	Objeto da penhora	528
58.3	Penhora de universalidade: dificuldades	528
Art. 862	529
59.1	Procedimento	530
59.2	Penhora de semoventes	531
59.3	Edifícios em construção	531
Art. 863	532
60.1	Penhora de empresa prestadora de serviço público	532
60.2	Procedimento	533
Art. 864	534
61.1	Penhora de navio ou aeronave	534
61.2	Registro de penhora de navio ou aeronave	535
Art. 865	535
62.1	Excepcionalidade da medida	536

Parte Especial, Liv. II, Tít. II, Cap. IV, Seç. III Subseção IX – Da Penhora de Percentual de Faturamento de Empresa

63.1	Penhora de faturamento de empresa: precisões conceituais	537
------	--	-----

Art. 866	538
64.1 Excepcionalidade da medida	538
64.2 Objeto da penhora	541
64.3 Administrador judicial	544
64.4 Procedimento	545
64.5 Regência supletiva	545

Subseção X – Da Penhora de Frutos e Rendimentos de Coisa Móvel ou Imóvel

65. (<i>reservado</i>).	546
Art. 867	546
66.1 Objeto da penhora	546
66.2 Eficiência e menor onerosidade	547
66.3 Concordância do devedor e imposição de ofício	548
Art. 868	549
67.1 Procedimento	549
67.2 Restrições ao poder do devedor	549
67.3 Oponibilidade a terceiros	550
Art. 869	550
68.1 Administrador-depositário: escolha e designação	551
68.2 Sujeição a controle judicial	551
68.3 Locação	552
68.4 Quitação	552

Parte Especial, Liv. II, Tít. II, Cap. IV, Seç. IV

69. (<i>reservado</i>).	552
Art. 876	553
70.1 Adjudicação de quotas e ações de companhia fechada	554
70.2 Intimação da sociedade e comunicação aos sócios	554
70.3 Ordem de preferência	555
70.4 Licitação	555
70.5 Preferência nas demais modalidades de alienação judicial	555
Adendo Legislativo	557
Bibliografia	597
Índice Onomástico	635
Índice Alfabético-Remissivo	641